

Regimento da Constituinte já dá crise

21 JAN 1987

CORREIO BRAZILIENSE

Os constituintes de primeiro mandato, especialmente do PMDB, estão chegando ao Congresso com uma exigência: querem ser consultados sobre as decisões políticas que envolvam a instalação, o regimento e os poderes da Assembléia Nacional Constituinte.

"Estão querendo dar um golpe nos novos deputados", protestou o golano Nion Albernaz, ex-prefeito de Goiânia e deputado mais votado no Estado, acusando a cúpula partidária de estar decidindo tudo nos gabinetes. "Somos mais de 60% da Câmara e nenhuma decisão será tomada sem o nosso apoio. As lideranças nacionais poderão ter grandes surpresas", alardeou.

Não há ainda um movimento organizado, mas já há uma tentativa de articulação para forçar os deputados antigos, que estão controlando o processo, a reunir a bancada antecipadamente para discutir. "Não vamos engolir nenhum pacote", disse Albernaz.

DOIS PONTOS

Dois pontos ressaltam das conversas informais que os novatos, à medida que chegam, vêm mantendo nos saguões e restaurantes do Congresso: primeiro, todos querem discutir melhor o regimento da Constituinte, e a maioria não está gostando do anteprojeto elaborado pelo deputado Prisco Viana, a pedido do presidente Ulysses Guimarães; segundo, a maioria entende que a Constituinte deve funcionar com exclusividade ou que, pelo menos, Câmara e Senado se reúnam o mínimo possível.

"A responsabilidade da Constituinte para com o povo não é apenas quanto ao futuro, mas também com o presente", afirmou o gaúcho Antônio Britto, ex-porta-voz do presidente Tancredo Neves, do alto dos seus 306 mil votos. "É preciso assegurar o máximo de espaço para a Constituinte, abri-la à discussão e à negociação dos conflitos, para consolidar a transição democrática e ajudar no enfrentamento da crise atual. Fechá-la, diminuir sua importância, significa radicalizar o processo político", disse Britto.

Já existe até a proposta radical — segundo informou Nion Albernaz — de boicotar a sessão de instalação da Câmara, que antecede a da Constituinte, negando quorum para a eleição do presidente e da Mesa. A posição não é contra Ulysses: "O que pretendemos é evitar a eleição para um cargo que não deve existir enquanto a Constituinte funcionar. Vamos propor à Constituinte a anulação de qualquer eleição para as Mesas da Câmara e do Senado através de ato constitucional", disse o novo deputado golano.

DEMOCRATIZAR

Além do funcionamento exclusivo, esses deputados de primeira viagem querem que as discussões e o processo de apresentação de emendas no processo constituinte sejam mais democráticas. O anteprojeto de regimento elaborado por Prisco Viana tem sido visto como concentrador de poderes excessivos na Grande Comissão que será encarregada de elaborar o anteprojeto constitucional.

Pelo estudo de Prisco, o anteprojeto constitucional não seria levado a plenário para discussão e aprovação preliminar, entrando imediatamente em discussão por apenas 30 dias, com somente 15 dias para a apresentação de emendas, que exigiriam apoio de um terço dos constituintes. "Os constituintes que não participarem da Grande Comissão praticamente só poderão votar", comentou um deputado, querendo rediscutir no âmbito do partido que funções deverão desempenhar enquanto se elabora o anteprojeto e se examinam na Comissão as emendas apresentadas.

"Não se trata de pregar o assembleísmo, mas de abrir a Constituinte à participação mais ampla dos próprios constituintes e, através deles, também da sociedade", explicou Antônio Britto, apoiando a proposta de que, para a apreciação das emendas apresentadas em plenário, sejam criadas comissões por títulos ou capítulos.

Ulysses não garante a Minas o cargo de líder

21 JAN 1987

ANC 88
Pasta 20 a 30
Jan/87
028

Ulysses Guimarães vê com simpatia a indicação de um deputado mineiro para disputar a liderança da bancada do PMDB na Câmara, segundo garantiu ao receber uma comissão de seis deputados de Minas, à frente o presidente da seção mineira do seu partido, o deputado Joaquim de Melo Freyre.

O deputado Israel Pinheiro Filho levantou a possibilidade de a primeira vice-presidência da Câmara toca a um parlamentar do PMDB de Minas cuja bancada, de 35 deputados, é a maior do partido. Ulysses retrucou que "já estavam adiantados" os entendimentos que dão o cargo ao PFL (tanto que já o disputam os pefelistas Humberto Souto e Homero Santos, também de Minas).

Quando à liderança, Ulysses disse que vê com simpatia a pretensão dos mineiros de ocuparem o cargo, deixando implícita a necessidade de disputa na bancada, que foi convocada pelo atual líder, Pimenta da Veiga, para uma reunião no dia 10 de fevereiro.

— Minas deseja ocupar posições importantes. Além da liderança, poderemos pleitear o cargo de relator geral da Grande Comissão — disse Israel, lembrando para este cargo o nome do deputado Sílvio Abreu, quando alguém disse que a bancada mineira está com nomes ainda não revelados.

A comissão que esteve com Ulysses às 17 horas de ontem, à frente Joaquim de Melo Freyre, que é o presidente do PMDB de Minas, era integrada pelos deputados José Geraldo Ribeiro, Maurício Pádua, Sílvio Abreu, Roberto Brandt e Israel Pinheiro Filho. O deputado Leopoldo Bessone, que estava designado pela bancada para esse encontro, não foi alegando que seu candidato a presidente da Câmara é o deputado Fernando Lyra.

Continuam disputando a liderança da bancada do PMDB na Câmara os deputados Luis Henrique (SC), Carlos Santana (BA), Egídio Ferreira Lima (PE), João Herman (SP) e Hélio Duque (PR).

Reeleição tem mais adversários

— "Tenho uma posição constitucional", justificou o deputado Leopoldo Bessone (PMDB-MG), ao reafirmar que votará no deputado Fernando Lyra para a presidência da Câmara. Ele acha que o PMDB desobedeceu a Constituição reelegendo no cargo o deputado Ulysses Guimarães.

Segundo Bessone, que foi secretário de Esportes e Turismo em Minas, o deputado Ulysses Guimarães tem seu voto para ocupar a presidência da Constituinte e também a vice-

presidência da República.

"A reeleição do Dr. Ulysses para a presidência da Câmara é um atentado à Constituição", argumentou a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), justificando a sua disposição de votar e pedir votos para

"Tenho o maior respeito pelo Dr. Ulysses, e nele votarei para presidente da Assembléia Nacional Constituinte. Mas acho que a Câmara deve ter outro presidente.

Já o deputado Aluisio Campos (PMDB-PB) comunicou ontem

ao presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, que vai apresentar projeto de resolução à Assembléia Constituinte, logo na sessão de instalação, prevenido que o presidente daquele colegiado "ficará impedido de exercer outro cargo ou função, durante o período de elaboração constitucional".

Aluisio Campos explicou que Ulysses poderá ser eleito presidente da Câmara dos Deputados, mas não poderá exercer o cargo enquanto a Constituinte estiver em funcionamento.